



## 06/01/2016 13:05 - Rondônia está entre os seis Estados sem registros de bebês com Microcefalia

Os casos de microcefalia ainda avançam no País. Dados do Ministério da Saúde mostram que nascimentos de bebês com má-formação subiram 6,6% em uma semana, alcançado a marca de 3.174 registros, ante os 2.975 casos apresentados no boletim anterior. A doença também se espalha em território nacional. Menos de dois meses depois de o Ministério da Saúde decretar estado de emergência em virtude do aumento de nascimento de bebês com o problema em Pernambuco, os casos já alcançam 21 Unidades da Federação.

Apenas os Estados de Rondônia, Acre, Amapá, Paraná, Roraima e Santa Catarina não tiveram até o momento registros de bebês com suspeita da síndrome, que em 90% leva as crianças a ter deficiência mental. O número de cidades chega a 684.

Além do presente ser preocupante, o futuro não é animador. O professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Carlos Brito, identifica que o Estado começa a apresentar uma segunda onda de casos de zika, depois do aumento expressivo no início do ano passado. “Aos poucos, as queixas relacionadas à doença, que haviam diminuído nos últimos meses, começam a ficar mais frequentes novamente nos consultórios”, avalia. “Isso aumenta o risco do nascimento de mais crianças com microcefalia.”

A impressão dos consultórios é confirmada por estatísticas. Pernambuco, que ao lado da Bahia determina que todos os casos suspeitos sejam notificados, acumulou, em menos de um mês, mil casos suspeitos da infecção. “Tanto chikungunya quanto zika estão aumentando. Chikungunya com mais força, mas zika nos tira o sono”, observa Brito.

Não há números nacionais sobre zika. A notificação de casos da infecção é feita somente em “postos sentinela”, centros escolhidos pelo Ministério da Saúde que ficam encarregados tanto de coletar dados sobre atendimento quanto amostras de sangue. O método é semelhante ao que é adotado para gripe.

Brito considera o sistema pouco adequado para uma resposta rápida contra doença. “É preciso ter em mãos números gerais. A informação é essencial tanto para sabermos o rumo da epidemia quanto para organizarmos a assistência.” Embora consideradas “primas”, dengue, chikungunya e zika exigem respostas diferentes do sistema de saúde.

A dengue, por trazer maior risco de hemorragias e morte, precisa de um atendimento rápido e adequado. A chikungunya, além da assistência à fase aguda, requer também que o sistema esteja preparado para o atendimento de pacientes que apresentem problemas crônicos, como dores nas articulações e dificuldades de movimento. A zika, por sua vez, pelo risco de transmissão vertical, exige o atendimento a bebês que eventualmente nasçam com sequelas provocadas pela infecção, como a microcefalia.

A explosão do número de nascimentos de bebês com microcefalia começou em setembro. O fenômeno foi relacionado pelo Ministério da Saúde à infecção do feto, ainda durante a gestação, pelo zika. O vírus chegou ao País em 2015 e provocou uma epidemia nos Estados do Nordeste. Exames em fetos com microcefalia identificaram a presença do vírus no líquido amniótico de dois fetos.

**Recomendações.** O Ministério da Saúde recomenda que gestantes mantenham o acompanhamento e consultas de pré-natal e adotem medidas para tentar evitar picadas do mosquito: uso de blusas de manga longa e calças, a aplicação de repelentes e, se possível, colocar telas em portas e janelas.

**No País:** Dados do boletim divulgado nesta terça pelo Ministério da Saúde mostram que o maior número de casos de microcefalia continua a ser apresentado por Pernambuco: 1.185, o equivalente a 37,33% do total.

Em seguida, estão Paraíba (504), Bahia (312), Rio Grande do Norte (169), Sergipe (146), Ceará (134), Alagoas (139), Mato Grosso (123) e Rio (118). Nesta semana, um caso suspeito de microcefalia foi identificado no Amazonas, o primeiro desde que o acompanhamento começou a ser feito por autoridades sanitárias.

Diante do aumento de casos de microcefalia, o governo federal formou uma força-tarefa, integrada por 19 ministérios, para combater o vetor, o *Aedes aegypti*. Em dezembro, o Ministério da Saúde enviou mais 17,9 toneladas de larvicida para os Estados do Nordeste e Sudeste, totalizando 114,4 toneladas para todo o País.

**Fonte:** Estadão/SP

Notícias RO